



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

R45
P37
1881a
SAL





DATE DUE

gift of
Prof. Richard Morse

JUNIOR UNIV

STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES
STANFORD, CALIFORNIA
94305

U

PARTIDO REPUBLICANO

PROGRAMMA DOS CANDIDATOS

ELEIÇÃO NA PROVINCIA DE S. PAULO

Richard W. Morse
São Paulo - 1948



S. PAULO

TYPOGRAPHIA DE JORGE SECKLER, RUA DIREITA 15

1881.

CANDIDATOS REPUBLICANOS

ACTO DE APRESENTAÇÃO

A Comissão Permanente do partido republicano, tendo se reunido nos dias 15 e 16 do corrente para verificar as actas e escriptos de apresentação dos candidatos indicados pelas localidades dos districtos eleitoraes d'esta provincia, não só attendeu á indicação feita por eleição nas reuniões locais e nos clubs como ás que vieram pela fórma de *abaixo assignados*.

N'esse trabalho a Comissão teve na devida conta as communicações que alguns coreligionarios lhe fizeram em cartas que foram lidas em reunião.

Assim, guiando-se pelo numero das adhesões e conta dos votos parciaes, a Comissão chegou ao seguinte resultado :

IV

Para deputados á Assembléa Geral

- 1.º DISTRICTO—Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.
- 2.º DISTRICTO—Dr. Luiz Pereira Barreto.
- 3.º DISTRICTO—Dr. Lycurgo de Castro Santos.
- 4.º DISTRICTO—Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.
- 7.º DISTRICTO—Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.
- 8.º DISTRICTO—Dr. Prudente José de Moraes Barros.
- 9.º DISTRICTO—Dr. Martinho da Silva Prado Junior.

Do 6.º e 5.º districtos não appareceu indicação alguma, e apenas n'este ultimo tres coreligionarios isolados em pontos diversos communicaram que aceitariam o candidato que fosse apresentado.

Para deputados á Provincial

- 1.º DISTRICTO—Dr. Francisco Rangel Pestana.
- 2.º DISTRICTO—Dr. Francisco Nogueira Cardoso.
- 3.º DISTRICTO—Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão.
- 4.º DISTRICTO—Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.
- 7.º DISTRICTO—Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.
- 8.º DISTRICTO—Dr. Prudente José de Moraes Barros.
- 9.º DISTRICTO—Dr. Martinho da Silva Prado Junior.

Do 6.º e 5.º não houve indicação.

A Comissão entendeu respeitar a vontade do eleitorado deixando de attender ás razões de escusa que apresentaram o sr. dr. Luiz Pereira Barreto para não aceitar a candidatura á assembléa geral, o secretario da Comissão, Francisco Rangel Pestana, para não aceitar a candidatura á provincial e o sr. dr. Prudente de Moraes também á provincial.

Portanto, a lista dos candidatos do partido republicano ficou composta assim :

V

A' Assembléa Geral

1.º DISTRICTO

Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, residente na capital.

2.º DISTRICTO

Dr. Luiz Pereira Barreto, medico, residente em Jacarehy.

3.º DISTRICTO

Dr. Lycurgo de Castro Santos, medico, residente em Guaratatingetá.

4.º DISTRICTO

Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, residente na capital.

7.º DISTRICTO

Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, fazendeiro, residente em Campinas.

8.º DISTRICTO

Dr. Prudente José de Moraes Barros, advogado, residente em Piracicaba.

9.º DISTRICTO

Dr. Martinho da Silva Prado Junior, fazendeiro, residente na capital.

VI

A' Assembléa Provincial

1.º DISTRICTO

Dr. Francisco Rangel Pestana, jornalista, residente na capital.

2.º DISTRICTO

Dr. Francisco Nogueira Cardoso, medico, residente em Taubaté.

3.º DISTRICTO

Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão, advogado, residente em Pindamonhangaba.

4.º DISTRICTO

Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, residente na capital.

7.º DISTRICTO

Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, fazendeiro, residente em Campinas.

8.º DISTRICTO

Dr. Prudente José de Moraes Barros, advogado, residente em Piracicaba.

9.º DISTRICTO

Dr. Martinho da Silva Prado Junior, fazendeiro, residente na capital.

VII

Os coreligionarios de dous districtos não indicaram candidatos como lhes cumpria em virtude das deliberações tomadas pelo ultimo Congresso reunido em abril e a Comissão, no uso das attribuições que lhe foram conferidas por autoridade suprema do partido, entendeu não dever supprir a falta.

Entretanto, si os coreligionarios d'esses dous districtos indicarem candidatos, fica a Comissão Executiva encarregada de apresental-os ao eleitorado, de accôrdo com as deliberações agora seguidas.

Julgando, pois, haver bem cumprido seus deveres, a Comissão Permanente apresenta os candidatos do partido republicano e espera que seus coreligionarios, nos respectivos districtos, se esforcem para que haja união e disciplina no pleito, condição essencial para o bom exito dos desejos do mesmo partido.

S. Paulo, 17 de agosto de 1881.

AMERICO BRASILIENSE, presidente.

F. RANGEL PESTANA, secretario.

RAFAEL AGUIAR PAES DE BARROS.

JOSÉ ALVES DE CERQUEIRA CESAR.

AMERICO DE CAMPOS.

JOÃO TOBIAS.

MANOEL LOPES DE OLIVEIRA.

Deixaram de assignar os srs. drs. Luiz Pereira Barreto e José da Costa Machado e Souza por ausentes.

VIII

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMMA

A Comissão Permanente do Congresso Republicano, em virtude da resolução do mesmo Congresso, em sessão de 8 de abril do corrente anno, organisou o programma dos candidatos do partido nas proximas eleições para a assembléa geral e a provincial, e, sendo elle accito por estes, constitue hoje um compromisso solemne para o desempenho do mandato, si lhes fôr confiado pelo eleitorado de alguns districtos da provincia.

S. Paulo, 17 de agosto de 1881.

AMERICO BRASILIENSE, presidente.

F. RANGEL PESTANA, secretario.

RAFAEL A. PAES DE BARROS.

JOSÉ ALVES DE CÉRQUEIRA CESAR.

AMERICO DE CAMPOS.

JOSÉ DA COSTA MACHADO E SOUZA.

DR. LUIZ PEREIRA BARRETTO.

MAHOEL LOPES DE OLIVEIRA.

JOÃO TOBIAS.



I

O PROGRAMMA DOS CANDIDATOS

Não são desconhecidos os intuitos do partido republicano eloquentemente expostos no memoravel Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e aqui confirmados pelo primeiro acto publico dos representantes dos nucleos, o qual contem esta solemne affirmação :

« Com toda a sinceridade declaramos que a bandeira sob que militamos desfralda-se no terreno legal, moderado ou pacifico.

Não queremos o emprego de violencia na carreira que trilhamos, certos de que as instituições de um povo consolidam-se unicamente por sua conformidade com o sentimento nacional, e nunca pela exageração e excesso dos reformadores.

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMMA

A Comissão Permanente do Congresso Republicano, em virtude da resolução do mesmo Congresso, em sessão de 8 de abril do corrente anno, organisou o programma dos candidatos do partido nas proximas eleições para a assembléa geral e a provincial, e, sendo elle aceito por estes, constitue hoje um compromisso solemne para o desempenho do mandato, si lhes fôr confiado pelo eleitorado de alguns districtos da provincia.

S. Paulo, 17 de agosto de 1881.

AMERICO BRASILIENSE, presidente.
F. RANGEL PESTANA, secretario.
RAFAEL A. PAES DE BARROS.
JOSÉ ALVES DE CERQUEIRA CESAR.
AMERICO DE CAMPOS.
JOSÉ DA COSTA MACHADO E SOUZA.
DR. LUIZ PEREIRA BARRETTO.
MANOEL LOPES DE OLIVEIRA.
JOÃO TOBIAS.



I

O PROGRAMMA DOS CANDIDATOS

Não são desconhecidos os intuitos do partido republicano eloquentemente expostos no memoravel Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e aqui confirmados pelo primeiro acto publico dos representantes dos nucleos, o qual contem esta solemne affirmação:

« Com toda a sinceridade declaramos que a bandeira sob que militamos desfralda-se no terreno legal, moderado ou pacifico.

Não queremos o emprego de violencia na carreira que trilhamos, certos de que as instituições de um povo consolidam-se unicamente por sua conformidade com o sentimento nacional, e nunca pela exaggeração e excesso dos reformadores.

E' n'esta crença que julgamos de maximo alcance a educação publica, germen da regeneração do paiz e solida base onde se firmará uma nova ordem de cousas nascida do progresso e consciencia da nação, quando convencida da esterilidade do primeiro e segundo imperio. »

Dentro de dez annos o partido republicano não sahiu d'esta linha que traçou para sua conducta.

Discutindo e actuando por todos os modos sobre os costumes e a educação nacional, tem dado inequivocas provas de que pretende a victoria tomando o amor por principio, a ordem por base e o progresso por fim. D'ahi vem a sua marcha calma e a propaganda pertinaz, por isso mesmo que elle mede bem os obstaculos a vencer.

Não procura fazer da revolução a corrente impetuosa que lhe dê a victoria. Prefere ser uma força do grande factor moral e esperar da evolução o advento da Republica.

Não se engana, porque a democracia é presentemente uma força que subjuga os animos mais prevenidos contra ella. Respeitam-n'a e isto basta para que a sua fórma pratica, a Republica, venha a ser uma realidade.

Com a verdadeira previsão que os acontecimentos da actualidade e os antecedentes historicos determinam, o partido republicano, não esquecendo do seu valor representativo na transformação de mentalidade nacional, deixa tempo, importante cooperador nas reformas cíveis, a tarefa de demonstrar a certeza d'e previsão.

Nesse trabalho lento mas seguro em seus sultados, conta com a firmeza de muitos, com sympathias geraes e com as adhesões d'aquelles que por convencimento chegam a comprehender a possibilidade de um bom governo publicano.

Foi por isso que não se deixou illudir p' assenção do gabinete de que fez parte um religionario, nem se exaltou quando viu combatidas as suas suspeitas.

Um partido, que, em uma situação como aquella, tomou a attitude aconselhada pelo Manifesto de 11 de março de 1878, confia muito, ao ceto, na probidade d'aquelles que enchem suas leiras.

Permitta-se-nos, portanto, rememorar hoje estes conselhos :

« Por mais respeito e estima que tribuemos individualmente aos cavalheiros que estão

governo, convem julgarmol-os na qualidade de politicos, procurando a relação guardada entre suas promessas e os seus actos.

E' assim que um partido democratico deve proceder, porque, ainda que as paixões por uma causa sejam até certo ponto legitimas, é mister não nos esquecermos de que a justiça em todos os julgamentos é o grande desideratum da democracia.

E tem sido sempre esta a norma de conducta do partido republicano na luta entre conservadores e liberaes.

Nada tendo de commum com qualquer d'ellos, pois que o amor á patria, ponto em que estamos accordes, não é privilegio partidario, os republicanos no meio dos odios e dos interesses d'esses dous contendores, podem julgar as administrações com justiça e imparcialidade.

Deve continuar a ser esta a nossa posição em face do gabinete de 5 de Janeiro, e do seu delegado n'esta provincia.

Não nos é licito, pois, tornar-nos solidarios com a situação, por não nos inspirar confiança em virtude de sua origem, que é a mesma solemnemente condemnada por nosso partido no acto de sua organização, ao qual temos adherido.

Mantendo-nos firmes em nossos postos, esperemos que o ministerio se apresente perante as camaras e exponha suas idéas e medidas governamentaes para deliberarmos então si poderemos apoiar as reformas que facilitem a victoria da idéa capital do nosso programma—a Republica Federativa .

Não póde ser outra, de facto, a attitude dos republicanos na luta com os velhos partidos e em face do ministerio que elles formam e dos seus delegados nas provincias.

No actual regimen só podemos aceitar os actos governamentaes que se conformarem com os interesses sociaes e apoiar as reformas que substanciem idéas democraticas.

Trabalhando para firmar a republica pela eliminação da monarchia, desde que não aceitamos a revolução como meio, cumpre-nos representar a função publica como cooperadores das reformas que operem por partes essa eliminação.

Propondo-nos, pois, a exercer os cargos legislativos havemos de nos esforçar pela victoria das idéas que constituem o nosso programma pratico, a bandeira do combate aos abusos e aos preconceitos que perturbam a acção da liberdade entre nós.

Não é a republica que pretendemos fundar, mas é o combate que vamos dar corajosamente aos vícios de um systema de governo que, si corresponde ainda ao desejo da maioria, não satisfaz comtudo as necessidades do presente, porque funciona mal e comprime o organismo social.

Precisamos forçal-o a adaptar-se ao organismo, que resente-se de taes defeitos.

Esta valiosa operação em favor da liberdade só pôde ser effectuada pelos republicanos, cuja disciplina partidaria os colloca em terreno mais livre e firme que os representantes dos outros partidos.

A prova d'isto está n'este programma organizado por deliberação do Congresso de 8 de abril do corrente anno, estabelecendo a responsabilidade solidaria dos seus candidatos. Elle se reduz, para nós outros, a um compromisso solemne, que aceitamos mais como uma honra do que como um dever.



II

DESCENTRALISAÇÃO

E' obra de patriotismo quebrar as molas da centralisação e dar ás provincias o direito de viverem por sua conta. No terreno das abstracções não ha hoje um espirito que seja opposto a este principio. Todos o querem e o proclamam, e comtudo não pôde elle ainda ser traduzido em realidade pratica, continuando a ser até hoje um vago ideal politico, exactamente por causa d'este movimento lento e tardio por que passam em sua elaboração todas as idéas sujeitas ao pesado mecanismo da centralisação.

E, no emtanto, as provincias que pössuem na uberidade do seu solo e na actividade dos seus habitantes os elementos materiaes e moraes de abastança e prosperidade, e as garantias de vida propria, começam a observar com justo

descontentamento que, não obstante, só a custo e vencendo enormes difficuldades é que conseguem um certo desinvolvimento, sem duvida infinitamente pequeno, comparado com o progresso que lhes poderia proporcionar a extensão dos seus grandes e vastos recursos.

Nessa observação constante, de todos os dias, vêm ellas a acção absorvente do estado, cada vez mais desinvolvida pela força sempre crescente que lhe communica a sua organização compressora.

Effectivamente, confundidos os limites da competencia administrativa, entre o poder geral e o poder provincial, e levantando-se caprichosos conflictos sob qualquer pretexto e a proposito de tudo, facil tem sido, por meio de absurdas interpetrações, levar ao cabo a tarefa da absorpção completa da autonomia local.

Cumpre, portanto, restabelecer esses limites, fazendo recuar a influencia funesta do poder central e dilatando correspondentemente a orbita das attribuições da provincia e do municipio.

Mas, por isso que não basta definir a competencia e instituir direitos sem crear preceitos que sirvam de efficaz garantia ao seu regular exercicio, surge desde logo, como uma questão

da mais alta importancia, essa que se prende ao modo pelo qual deve ser constituída a primeira autoridade administrativa da provincia — o seu presidente. Ponto capital é esse, porque d'elle depende essencialmente a pratica do regimen da liberdade ou das restricções na administração.

Com o pretexto de salvaguardar a unidade nacional e invocando com falso patriotismo os interesses geraes da nação, tem-se persistido fatalmente no pernicioso systema de dominar as provincias, levando-se a toda parte a acção e a influencia do poder central, representado por seus agentes.

Neste regimen, que tem sido geralmente condemnado como a mais poderosa organização do despotismo, o presidente da provincia não representa no nosso mechanismo governamental sinão a machina de transmissão que communica o movimento do centro ás extremidades. Commissario do governo, a sua missão consiste mais em sustentar os interesses da politica geral do que em administrar a provincia, estudar e prover ás suas necessidades.

Collocado n'este plano, a experiencia o attesta, o presidente nomeado para uma provincia sente desde logo a necessidade de achar ahi um apoio em uma parcialidade politica para vencer e do-

minar as outras. Com tal intento, e sendo o seu fim ordinariamente assegurar uma victoria eleitoral, nem sempre os escrúpulos de consciencia o fazem recuar do emprego da sua propria autoridade, da violencia e da corrupção para ser fiel executor das Ordens que recebêra.

E' a politica, sinão o interesse de um grupo, que occupa o seu espirito. A administração é para elle assumpto que está no ultimo plano. E porque não? Extranho aos negocios da provincia, indifferente ao seu progresso, não conhecendo o valor das suas forças impulsivas, nem participando das suas aspirações e, além de tudo, exercendo funcções de uma duração ephemera, porque a sua autoridade está sujeita ás condições de mobilidade da politica de um gabinete; collocado em taes circumstancias, como querer que elle desinvolve na administração a capacidade e a boa vontade que só podem ter os interessados?

Portanto é indispensavel antes de tudo que o administrador se ache identificado com os interesses dos administrados, e conheça as suas necessidades, porque as tenha sentido com elles no contacto intimo de uma convivencia permanente. E' d'ahi, d'essa afinidade de sentimentos e interesses, da partilha igual nos

gosos e nos soffrimentos, que o administrador pôde tirar o principal estímulo de sua dedicação na gerencia dos negocios communs.

Funcionario da provincia, a esta deve competir a escolha.

Pugnamos portanto pela electividade do presidente da provincia.

Maç, para que se torne real e effectiva a separação, é igualmente necessario que, desligada a autoridade do governo geral, as suas funcções fiquem limitadas restrictamente aos actos e serviços da administração provincial. Traçada a linha divisoria, os funcionarios da administração geral ficarão por isso mesmo collocados fóra da acção fiscalisadora do poder provincial. D'esta reciprocidade resultará a mutua garantia de independencia.

Não basta entretanto a simples divisão dos serviços: é substancial tambem a separação de rendas, pelo menos quanto baste para subvencionar os na justa medida das exigencias e das necessidades da administração. A descentralisação financeira é o seu indispensavel complemento.

As necessidades locais são tão imperiosas como as do estado e, portanto, necessitam, como aquel-

las, de recursos especiaes que possam provel-as satisfactoriamente, concorrendo ao mesmo tempo com a sua acção benefica para desinvolver ou crear novas forças productoras que irão em ultima analyse fecundar a riqueza geral. D'ahi a necessidade de uma distribuição das materias contribuintes.

Em toda a parte o systema das taxas locais acha-se virtualmente subordinado á organização administrativa em vigor. As localidades gosam de direitos mais ou menos amplos, conforme a maior ou menor fiscalisação que o poder central queira exercer sobre a sua economia e vida íntima.

Na Europa, em geral, predomina o pensamento de limitar os poderes locais no seu direito de crear impostos, ou na escolha das materias contribuintes, procurando-se por este modo exercer uma fiscalisação activa e vigilante para impedir que, por excesso no lançamento dos seus tributos, venham as localidades a prejudicar os recursos indispensaveis para a satisfação dos encargos geraes da nação.

Com este fim os poderes do estado tem cuidado de fixar ás localidades os objectos que ellas podem tributar. As taxas directas, diz um economista moderno, são as unicas utiliza-

das em França e na Inglaterra pelas principaes divisões administrativas do estado, isto é, os departamentos e os condados.

Na França as necessidades dos departamentos são subvencionadas pelo producto das taxas additionaes ás contribuições directas existentes, dentro dos limites fixados por leis geraes, restringindo a esphera de attribuições dos conselhos locais. Ellas são da mesma natureza em toda a parte, acompanham as taxas nacionaes e são arrecadadas pelos agentes do estado.

Na Inglaterra, porém, onde a organização administrativa offerece mais largueza e expansão ás forças locais, o systema é diverso. Neste paiz as taxas directas locais são inteiramente distinctas das taxas directas nacionaes. A sua percepção é feita pelos funcionarios das localidades.

Nos Estados-Unidos, sob o regimen da mais ampla descentralisação, é quasi nulla a restricção opposta pelos poderes geraes da União á vida economica dos estados.

Excepção feita dos artigos de importação e exportação, as legislaturas dos estados podem livremente organizar a sua receita orçamentaria levantando os impostos que julgarem necessarios para a satisfação das suas necessidades.

Segundo um preceito constitucional nem uma taxa, nem um direito pôde ser lançado sobre a exportação. Segundo outro preceito também constitucional nem um estado poderá, sem o consentimento do Congresso, impôr direitos ou taxas sobre a importação ou exportação.

Da combinação d'estas disposições resulta que n'aquelle paiz a exportação está isenta de impostos, e a importação só pôde ser tributada pelos poderes geracs da União. Por consequencia toda a restricção opposta aos estados consiste em não poderem estes tributar os artigos de importação.

E' este certamente o systema que mais se adapta á indole e ás tendencias do partido republicano brasileiro.

Inspirando-se n'esta grandiosa organização da demccracia moderna, e tendo em vista os resultados praticos, verdadeiros prodigios produzidos por uma tão sabia combinação governamental, disse o manifesto republicano de 1870:

« O regimen da federação baseado na independencia reciproca das provincias, elevande-se á categoria de Estados proprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquelle que

adoptamos, como sendo o unico capaz de ma a communhão da familia brasileira. »

Foi também sob o influxo d'estas idéas os republicanos paulistas lançaram as bases da constituição do Estado de S. Paulo, modelado pelo mecanismo politico e administrativo tem feito a prosperidade da grande repub norte-americana.

Portanto, subordinados a este programma, os republicanos temos implicitamente fixado systema que nos merece preferencia, quanto regimen financeiro local.

Como lá, queremos aqui avigorar, pela centralisação, as energias locais, o unico meio efficaz de garantir toda a expansão de que susceptiveis as forças impulsivas d'este vasto p

E uma vez desembaraçada a provincia d' tutela despotica, facil lhe será por sua vez torgar ao municipio os recursos economicos que tanto necessita para desinvolver a sua atividade, atrophizada hoje pela concentração todas as forças no governo geral do estado.

Em quanto, porém, não pudermos realizar nosso pensamento, empenharemos todos os esforços para o fim de conseguirmos as larguezas que ainda possam ser consideradas compatíveis com a actual organização politica, como es

ascendente para chegarmos á realisação do nosso idéal.

N'este intuito incontestavelmente prestou uma importantissima cooperação o espirito energico e convicto de Tavares Bastos quando traçou no seu livro—*A Provincia*—um plano tendente a assegurar a dupla distribuição dos serviços e das rendas provinciaes.

Propõe elle que sejam transferidas ás provincias as seguintes contribuições:

O imposto de transmissão de propriedade, o das industrias e profissões, o pessoal e dos vencimentos, a taxa dos escravos (hoje com applicação especial ao fundo de emancipação), a decima addicional, o sello do papel fixo e o proporcional, renda dos terrenos diamantinos e os fóros dos terrenos de marinha.

E correspondentemente indica que devem ficar a cargo exclusivo das provincias os seguintes serviços:

Presidencias de provincias, culto publico, seminarios, justiças de 1.^a instancia, pessoal e material de policia, auxilio á força policial das provincias, guarda nacional, serviços das colonias e com a immigração, catechese, garantias de juro ás estradas de ferro, subvenção ás empresas de navegação a vapor nas provincias.

Assim não ficará desequilibrado o orçamento geral, porque o desfalque produzido por aquella transferencia de rendas será justamente compensado pela equivalencia das despesas correspondentes a estes serviços.

Repetiremos, não vae n'isto a completa satisfação das aspirações que nutrimos; e admittimos mesmo a possibilidade de outro plano de desclassificação de rendas e serviços: mas ainda assim já seria um triumpho conseguil-o contra a obstinada resistencia da politica centralisadora que até hoje tem imperado no paiz em completa opposição ás manifestações da opinião nacional.

Assim pugnaremos pelas medidas seguintes: Quanto á provincia:

—Creação de senado provincial, composto de numero igual á metade dos membros da respectiva assembléa legislativa e com mandato pelo duplo do tempo, tornando assim effectiva a promessa do acto addicional (art. 3.^o);

— Eleição do presidente de provincia pelas camaras provinciaes reunidas; marcando o periodo de sua administração e reduzindo as suas attribuições aos negocios provinciaes:

— Os negocios geraes, tratados nas provincias, tendo por administradores os respectivos

commissarios e repartições da administração central, só a este subordinados e independentes do presidente de provincia.

Quanto ao municipio :

— Reforma municipal sobre as bases seguintes :

— Separar a deliberação da execução, pertencendo aquella á camara e esta ao seu presidente, constituido chefe do poder executivo municipal ;

— Reconhecer a plena autonomia da municipalidade, dando-lhe faculdade para resolver definitivamente :

1—Sobre criação, arrecadação e applicação das rendas municipaes ;

2—Sobre posturas a bem da economia e policia puramente municipaes ;

3—Sobre empréstimos, nos casos e pela forma prefixados em lei provincial ;

4—Sobre desapropriações, nos casos e forma egualmente da lei anterior.

Ficar o poder legislativo provincial com direito de cassar ou annullar as deliberações das municipalidades, que forem contrarias ao interesse provincial ou nacional.



III

INSTRUÇÃO PUBLICA

E' um erro crear escolas a esmo para accomodar protegidos em todas as povoações. assim como levantar palacetes nas grandes cidade por mero luxo.

E' preciso ver como devem funcionar as escolas. Um dos seus fins é formar um povo com aptidão para governar-se e gosto pelo exercicio da liberdade. Não basta, portanto, dar ao cidadão casas e mestres ; convém forçosamente attender ás qualidades do mestre e á proficuidade da instrucção.

Somos pela liberdade de ensino em todos os seus grãos e entendemos que quanto mais scientifico elle se torna mais livre deve ser.

Não prescindimos da intervenção do estado, por enquanto, no ensino primario e secundario. Queremos, porém, que essa intervenção seja limitada á verdadeira função do estado.

Admittida a liberdade de ensino, entendemos que o estado (ou provincia ou municipio) deve ministrar a instrucção sob o ponto de vista positivo. O ensino official não póde estar sujeito á influencia de escolas philosophicas : devo ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades affirmadas pela sciencia.

Por isso já proclamámos em 1874 a separação do ensino leigo do religioso.

A liberdade de ensino é uma tradição da democracia brasileira e encontramol-a como condição de progresso desde o programma do radicalismo, definindo as apreciações da agremiação politica, que precedeu a formação do partido republicano.

Preferimos uma boa organização das escolas primarias e dos lyceus á despendiosa fundação de Universidades.

Melhorar já o ensino primario e professional é uma medida que julgamos carecer de sérios cuidados.

Está comprehendida n'isto a instrucção agricola, mas dada de conformidade com o mesmo methodo e systema.

As despesas com o ensino d'essa ordem, bem formulado, são mais productivas, porque generalizando uma somma de conhecimentos scientificos, que constituam a positividade de uma época, estimulam mais a actividade social e fecundam os elementos da riqueza.

Condemnamos abertamente a criação da grande universidade na Côrte e julgamol-a fatal ao progresso da sciencia no Brasil, maxime si ella fôr organizada pelo estalão official de ensino que agora temos.

Julgamos preferivel espalhar escolas superiores pelas provincias, que lhes proporcionem um meio apto para o desinvolvimento do estudo especial de uma sciencia ou das que se relacionam mais directamente.

Sustentamos o direito de fundar a provincia á sua custa as escolas, faculdades ou academias que ella entender convenientes e necessarias.

Conhecido o estado e deficiencia do ensino actual, cumpre-nos procurar a relatividade do meio para a applicação de novos processos que garantam a exequibilidade das reformas e não

recuar diante dos preconceitos que se vencem pela discussão, pela tenacidade e prudencia no ataque. O que não se consegue em dias, pôde-se conseguir em mezes. Entretanto, o trabalho de orientação fica e a victoria se encaminha.

Vale mais affirmar uma opinião para ser vencida pelo numero do que occultal-a com receio de não obter o triumpho desejado. A discussão é uma força do factor moral com que devemos contar para a evolução da sociedade.



IV

LIBERDADE DE CONSCIENCIA E DE CULTOS

Queremos garantias para a liberdade de consciencia e de cultos, pois que não basta annunciar que as temos; é preciso que a lei as affirme e garanta.

Neste como em outros assumptos temos actos positivos do partido que attestam estudo e deliberação.

Em 1874 o Congresso, reunido em abril na capital da provincia, accentuou bem o pensamento do partido republicano n'um manifesto que tem a data de 8 d'esse mez. Ahi apparece esta synthese :

«... Seja-nos licito affirmar ainda uma vez nossos principios e as doutrinas que professamos no assumpto :

Plena liberdade de cultos e perfeita egualdade de todos elles ante a sociedade temporal e politica ;

Abolição do character official da actual egreja do Estado e sua separação e emancipação do poder civil pela suppressão dos privilegios e encargos temporaes até aqui outorgados a seus representantes e sectarios ;

O ensino secular separado do ensino religioso, cabendo aquelle ás escolas, e este aos paes no seio da familia e aos ministros de cada religião na respectiva Egreja ;

Instituição do casamento civil, sem prejuizo do voluntario preenchimento das ceremonias religiosas conforme o rito particular dos conjuges ;

Instituição do registro civil de nascimentos e obitos ;

Secularisação dos cemiterios e sua administração pelas municipalidades ;

Affirmando assim nossos principios não será escusado lembrar que hoje elles já não formam bandeira exclusiva dos republicanos.

Taes idéas são actualmente de todos os homens sensatos e sinceros dos diversos partidos, e o proprio enunciado que ahi fica ha bem pouco

foi solememente proclamado em uma reunião a que assistiram e adheriram (na Côrte) homens eminentes de todos os credos politicos.»

No projecto de *Constituição do Estado* foi tambem incluída esta disposição, que domina essas outras :

«§—Fica estabelecida em sua plenitude a liberdade religiosa, sob a base da absoluta separação e independencia entre os poderes temporal e espiritual.

Cabe entretanto ao Estado reprimir quaesquer violencias ou abusos contra seus direitos.»

Algumas d'estas idéas se acham em projectos sujeitos á discussão das camaras, os quaes devemos contar, hão de merecer os cuidados dos nossos legisladores.

Não temos hoje motivos para alterar o que n'esse anno constituiu a affirmação mais eloquente do nosso partido.



A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA

Quanto á aquisição de braços, a nossa opinião é que ella depende da solução de varias questões que se prendem, complicando assim a solução do problema e tornando deficiente toda a medida empirica, isolada e restricta á simples comprehensão de certos factos que accusam um vicio da educação politica, um erro industrial e apego ao velho systema de cultura ou má organização de trabalho.

Para que a lavoura possa obter com facilidade braços é preciso que o problema complexo da organização do trabalho tenha uma solução ; e essa solução procuramos preparando o paiz para as reformas economicas, politicas e administrativas que constituem os pontos capitaes do nosso programma.

Deixar de lado essas tantas medidas que propomos e que têm tido em seu apoio as experiencias dos outros povos, verificadas pelo criterio positivo applicado á historia, e entre nós as adhesões de agremiações especiaes e significativas, para gastar milhares de contos com a immigração fazendo-se o governo importador de colonos, é aggravar a crise, por que tão grande despeza apenas serve para augmentar o *deficit* dos orçamentos sem offerecer ao lavrador esses braços como compensação do augmento de despeza que pesa aqui, em regra, sobre a producção e em todo o caso sobre o consumidor, em virtude dos impostos de entrada e outros internos.

A intervenção do governo, no tocante á colonisação, está traçada pela sua missão nas sociedades modernas.

Cumpre-lhe, pois, como representante do Brasil, tornar conhecido o paiz no estrangeiro, estabelecer a verdade dos factos adulterados, prestar a protecção official a todos aquelles que d'ella precisarem com destino aos nossos portos e offerecer-lhes as garantias que exige a liberdade de locomoção. O mais deixe á iniciativa dos particulares—individuos ou associações.

Emquanto a iniciativa particular não tomar proporções determinadas pela necessidade, podem

ser permittidas despesas com protecção a immigrants, por certo tempo e com autorisação limitada por lei, como aquellas que versam sobre aposentos, passagens em vapores e linhas ferreas e com medição de lotes para serem distribuidos. Preferimos, porém, que a maior parte d'estes serviços fiquem a cargo das provincias, votando ellas as quotas necessarias, mas procurando na desclassificação das rendas geraes os meios de realizal-as.





VI

LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Quando tudo converge para uma modificação mais ou menos precisa no systema do trabalho agrícola, parece de urgencia estabelecer na legislação um plano que possa adaptar-se melhor ás mutuas relações entre o locador e o locatario, definindo com claresa e precisão os direitos e obrigações reciprocas, e affirmando ao mesmo tempo as garantias indispensaveis e efficazes para a exacta execução do contrato.

A legislação vigente, sobre ser defeituosa, tem-se verificado pela experiencia ser muito deficiente no tocante ao modo de regular estas relações.

Instituindo formalidades multiplas e superfluas, a lei de 19 de março de 1879, contribue

mais para dificultar os contratos do que para garantir a sua execução.

Entretanto é esta uma questão que, como muitas outras, não póde ter uma solução uniforme e unica.

A diversidade completa que se nota na natureza, no methodo e nas condições do trabalho de uma para outra provincia, é razão bastante para convencer que este problema deve encontrar a sua solução no principio descentralizador.

Seria, portanto, mais conveniente conferir ás assembléas provinciaes a competencia para legislar sobre este assumpto.

Consultando melhor as necessidades, as exigencias e as condições peculiares ás provincias, as suas respectivas legislaturas adoptarão medidas, que aliás não poderão prevalecer em uma lei geral, que pretenda uniformisar o systema, sem comtudo poder attender a essa profunda diversidade de condições.



VII

CAPITAES PARA A LAVOURA

Um dia os lavradores das provincias do Sul foram convidados para um congresso agricola que se realisou na Côte, sob a presidencia do ministro de agricultura do gabinete de 5 de janeiro. O fim d'esse Congresso era dar ao governo conhecimentos directos das necessidades da lavoura.

Para corresponder ao convite, o Club da Lavoura de Campinas encarregou alguns de seus membros, nossos coreligionarios, de um trabalho que servisse de resposta ao questionario d'aquelle ministro. Esse trabalho, approvado pelo Club, foi depois acceito por quasi todos os paulistas que tomaram parte no Congresso e ahi apresentado.

•

•

•

Ainda hoje fazemos muitas idéas referentes á formação dos bancos de crédito real, assim como os meios lembrados para garantir seus títulos pela reforma da lei hypothecaria.

Já então fizera os nossos credenciarios ao Club de Campinas e na grande assembleia dos lavradores:

« Não se trata mais de saber si o capital é uma das necessidades mais urgentes e immediatas da lavoura. Essa necessidade fôra de ha muito levada ao conhecimento dos poderes publicos pelos justos clamores da classe que a experimenta e que a tem denunciado constantemente, sem comtudo ter obtido até hoje as providencias que reclama.

Trata-se, sim, dos meios de crear estabelecimentos especiaes e dar-lhes uma organização apropriada para remover o mal.

O poder legislativo já reconheceu a importancia do assumpto nas tentativas que tem feito para facilitar á lavoura a aquisição do capitães a longo prazo e juro baixo.

A' lei n. 1237 de 24 de setembro do 1864, regulamentada pelo decreto n. 3471 do 8 de junho de 1865, succedeu a lei n. 2687 do 6 de novembro de 1875.

Ainda hoje fazemos muitas idéas referentes á formação dos bancos de crédito real, assim como os meios lembrados para garantir seus títulos pela reforma da lei hypothecaria.

Já então fizera os nossos credenciarios ao Club de Campinas e na grande assembleia dos lavradores:

« Não se trata mais de saber si o capital é uma das necessidades mais urgentes e immediatas da lavoura. Essa necessidade fôra de ha muito levada ao conhecimento dos poderes publicos pelos justos clamores da classe que a experimenta e que a tem denunciado constantemente, sem comtudo ter obtido até hoje as providencias que reclama.

Trata-se, sim, dos meios de crear estabelecimentos especiaes e dar-lhes uma organização apropriada para remover o mal.

O poder legislativo já reconheceu a importancia do assumpto nas tentativas que tem feito para facilitar á lavoura a aquisição do capitães a longo prazo e juro baixo.

marcados de accordo com o governo, a quem competirá tambem fixar a dotação de cada uma d'ellas na distribuição do capital.

A primeira d'estas restricções não tem razão de ser, nem conveniencia que a faça prevalecer, e antes crêa uma desvantagem para os capitaes nacionaes, negando-lhes favores que são concedidos aos capitaes estrangeiros.

A segunda é mais um embaraço opposto á prosperidade nacional, porque é mais um elo da cadêa centralisadora que opprime e neutraliza as forças activas das provincias.

Com effeito, não são identicas as condições moraes e materiaes das nossas provincias. Si para umas as empresas, levantadas por iniciativa particular e com o concurso exclusivo de capitaes particulares, podem ser ainda acompanhadas da timidez e da desconfiança que ordinariamente acarreta o desconhecido, é certo entretanto que para outras a associação é já um meio seguro e conhecido para a realização dos grandes commettimentos.

N'estas circumstancias, e não sendo possivel fazer desaparecer a desigualdade dos elementos oriunda de causas particulares, toda e qualquer medida centralisadora ou restrictiva que véde a cada provincia actuar na extensão e li-

mites de suas forças, converte-se em uma deploravel espoliação de direitos.

N'este ponto é incontestavel a preferencia que deve merecer a lei de 1864, na qual não predomina o principio centralisador.

E, comtudo, não é de todo o ponto satisfactorio o plano d'esta lei (de 1864), porque, segundo ella, ao governo compete determinar a circumscripção territorial, dentro da qual uma sociedade de credito real poderá constituir-se em operações.

Ainda é esta uma restricção que deve desaparecer.

Cada provincia deve constituir uma circumscripção territorial, o que não inhibirá entretanto duas ou mais provincias de formarem, por accordo entre si, uma só circumscripção.

A faculdade n'esta hypothese, deverá ser outorgada ás provincias e não ao governo.

A lei de 1864, comquanto tratasse de melhorar a posição do credor hypothecario nas liquidações judiciais, todavia deixou de usar de todo o rigor desejavel.

Convem que a acção e execução promovida por parte das sociedades de credito real contra seus devedores sejam ainda mais expeditas e

efficazes. É preciso que a defesa, assim como os recursos empregados pelo devedor accionado, qualquer que seja a sua natureza, nunca tenham effeito suspensivo.

Além d'isto, a adjudicação para pagamento tem sido um espantinho para o credor que vê ahí a aterradora perspectiva de tornar-se forçadamente proprietario, quando comparecer perante os tribunaes de justiça para pedir o reembolso de seus capitães. Este inconveniente será removido e maior será a confiança depositada nos titulos hypothecarios, desde que a adjudicação deixe de ser obrigatoria e torne-se facultativa, podendo o credor, no caso de execução, fazer descer o valor dos immoveis hypothecados até que sejam arrematados, si não preferir a adjudicação pelo ultimo preço em que tiver ficado.

A hypotheca legal, podendo preferir á convencional pela sua prioridade, e determinando-se a propriedade d'aquella pela data da sua constituição e a d'esta pela data da sua inscrição, constitue um serio perigo para as transacções dos bancos de credito real.

Sob o regimen de uma tal disposição é evidente que nem sempre será segura a prova dos certificados negativos ácerca dos onus que possam gravar a propriedade do mutuario.

Para evitar-se este perigo, e assim restabelecer a confiança dos contratos, convem que a hypotheca legal seja em tudo equiparada á convencional.

Partindo d'estas considerações, conclue a commissão que, para melhorar a sorte da lavoura quanto ao capital, é necessario:

1.º

Que seja autorisada por lei a criação de bancos de credito real, que façam empréstimos á lavoura a longo prazo e juro baixo;

2.º

Que cada provincia constitua uma circumscrição territorial, podendo comtudo duas ou mais provincias, por accordo entre si, formar uma só circumscrição;

3.º

Que na sua organização seja adoptado o systema da lei de 24 de setembro de 1864 e respectivo regulamento com as modificações aqui indicadas.

4.º

Que o processo da acção e execução seja mais expedito, não podendo a defesa e recursos op-

postos pelo devedor suspender a marcha do mesmo processo.

5.º

Que a adjudicação deixe de ser obrigatoria e torne-se facultativa ao credor.

6.º

Que a hypotheca legal seja em tudo equiparada á convencional.»



VIII

DA NATURALISAÇÃO E DIREITO DO CIDADÃO

No Congresso de 1880 foi votado um longo manifesto que consubstanciava a opinião do partido no tocante aos direitos dos cidadãos naturalizados e meios de facilitar-lhes a naturalisação.

N'esse documento politico, incontestavelmente de immenso valor pela franqueza de exposição e justiça de critica, ha um compromisso solenne.

Como tal o registramos aqui:

« A Commissão Permanente do partido republicano, em virtude da deliberação do Congresso, na sessão de homtem, adoptando os precedentes havidos em relação a outras questões, vem trazer ao paiz por meio d'este manifesto mais uma deliberação do mesmo partido, n'esta pro-

vincia, deliberação tomada por seus representantes, os quaes foram convocados para consultar sobre os meios de facilitar a naturalisação dos estrangeiros e de alargar os seus direitos politicos, com o fim de intervirem no regimen da nação brasileira.

Cumpre-nos antes de tudo notar que o projecto de reforma eleitoral em parte previniu os intuitos d'aquelles que promoveram a reunião do Congresso, e que este entendeu ainda assim não dever o partido republicano ser indifferente a essa medida politica de grande alcance, competindo-lhe por isso alevantar os espiritos para que ella encontre apoio efficaz na opinião nacional e possa em breve ser reduzida a lei.

Assim pois, em frente do projecto offerecido ao parlamento pelo ministerio de 28 de março, o Congresso julgou que ao seu partido cabe hoje predispor os animos para a adopção da idéa; e por isso incumbiu a Commissão Permanente de transmittir ao publico, em fórma de manifesto, o parecer que emittiu sobre a importantissima questão.

Tendo alguns de seus parciaes se pronunciado, antes de ser conhecido o pensamento ministerial, favoraveis a essa idéa, agora o acto do Congresso imprime na sua propaganda o cunho da solidariedade e da cohesão partidaria.

O pensamento ministerial, portanto, não deve influir para paralysarmos a nossa acção, tanto mais que ha duvida de ser o projecto eleitoral, assim concebido, traduzido em lei, pois que no pensar de muitos politicos o projecto fere a carta constitucional e não póde ser votado em uma legislatura ordinaria.

Cumpre consequentemente ao partido republicano agitar os animos para que medida de tanta valia passe a formar corpo em nossa legislação.

Mais uma razão concorreu para o Congresso aconselhar aos seus coreligionarios o proseguimento na propaganda, e é que o projecto de reforma eleitoral, alargando os direitos do cidadão naturalisado, nada diz relativamente ao modo de naturalisação, que, a regular-se pela legislação em vigor, não corresponderá ao desejo d'aquelles que julgam ser uma condição de progresso nacional o facto de intervir o cidadão naturalisado no regimen politico do paiz com maior somma de direitos, pois que as pças e difficuldades oppostas á naturalisação hão de nullificar o fim da reforma.

Assim, quer o projecto apresentado pelo ministerio venha a ser lei, quer não, permanece o dever de levarem os republicanos ao animo

do povo o convencimento de que essa medida politica é de grande influencia no desinvolvimento da sociedade brasileira.

Firmemos, portanto, em frente do projecto já offerecido ao parlamento a necessidade de uma reforma na legislação, de modo a ser facilitado ao estrangeiro domiciliado no Brasil o meio de entrar, sem vexame e com o conhecimento exacto das necessidades do paiz, em nossa communhão social.

Esta questão pareceu ao Congresso de muita importancia e digna de attenção. A ella se prende a solução de alguns problemas que se impõem ao estudo do povo brasileiro e que os estadistas afastam timidamente de suas vistas.

Facilitar ao estrangeiro poder tomar parte mais directa em nossos negocios publicos é despertar n'esta nacionalidade apathica uma outra vida, mais agitada, com movimentos mais livres, porque o progresso social caminhará na proporção do augmento da industrias.

Com a legislação que temos esse resultado é impossivel.

Antes de tudo, convém assignalar que a legislação actual, estatuinto a fórma e as condi-

ções para a naturalisação dos estrangeiros, o faz de um modo tão confuso e complicado, que diffulta em alto gráu a comprehensão e o estudo dos preceitos em vigor.

A lei de 12 de julho de 1871, o ultimo acto do poder geral legislativo com relação a este assumpto, que fez isso mesmo, devêra consubstanciar todos os principios que tivessem de regular a materia, acompanhando o mesmo vicio de falta de clareza e methodo, que em geral se nota na legislação do paiz, em vez de consolidar e reunir em um só corpo todas as disposições anteriores em vigor, remette-se ao decreto n. 808 A de 23 de junho de 1855, quanto á naturalisação dos colonos.

Por sua vez o decreto de 1855 faz referencia á disposição do art. 17 da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e art. 3º do decreto n. 712 de 16 de setembro de 1853. Mas a lei de 1850, assim como o citado decreto de 1853, sem nada estabelecerem acerca do modo e condições para a naturalisação dos colonos. limitam-se a consagrar que esta se fará *pela fórma por que se naturalisaram os colonos de S. Leopoldo*, não designando, comtudo, qual seja essa fórma, nem ao menos indicando qual o acto do poder publico que houvesse estabelecido a mesma fórma.

E' muito para notar-se que se faça uso de uma referencia tão vaga como essa, na relação de uma lei!

O certo é que, deante dos embaraços que isto faz surgir para o exame e estudo da materia, só com grande difficuldade e após longos esforços é que o espirito investigador chega a descobrir, entre as disposições esparsas, desordenadas e sem methodo da nossa legislação, o decreto n. 337 de 3 de setembro de 1846, onde afinal se estatue — que os estrangeiros estabelecidos nas colonias de S. Leopoldo e de São Pedro de Alcantara das Torres, da provincia do Rio Grande do Sul, serão reconhecidos cidadãos brasileiros naturalizados, logo que assignem na respectiva camara termo de declaração de ser essa a sua vontade. Estatue mais — que o presidente de provincia, em vista de certidão do dito termo, dará o competente titulo, isento de despesas ou emolumentos.

D'esta exposição decorre que a primeira necessidade a prover-se será a de simplificar e methodisar os preceitos reguladores da naturalisação, de tal modo que em um só corpo de lei fiquem claramente consignadas todas as disposições em vigor.

Si em regra a lei deve ser clara, precisa e de facil comprehensão, muito mais deve sê-lo quando ella é feita para o estrangeiro.

Outro defeito, não menos grave, da legislação vigente consiste na distincção que ahí se faz entre os estrangeiros, dando-se mais favores e regalias aos colonos.

Em um paiz como o nosso, de tão vasta superficie territorial, de população ainda tão escassa, e onde todos os ramos da industria e do trabalho estão igualmente a pedir o concurso do braço estrangeiro, é erro e erro gravissimo persistir em uma distincção como essa, que só pôde crear embaraços ao desenvolvimento da população e progresso das industrias.

Como em todos os paizes, entre nós o direito de naturalisação deve ser igual para todos os estrangeiros, sem attenção ás differenças das respectivas industrias e profissões.

Portanto, mais de accôrdo com o interesse publico será a eliminação completa d'esta absurda distincção, que parece ter tido em vista privilegiar a agricultura, sem proveito real para ella e com manifesto prejuizo para a causa da immigração em geral.

Regulada de modo uniforme a naturalisação, tanto no que respeita aos direitos como na sua forma ou processo, de tal sorte que ella seja a mesma e igual para todos os estrangeiros, cumpre todavia remover os obices que na execução tem contribuido para tornar puramente illusorio esse direito de tão elevada importancia.

O principio centralizador, que com tamanha pertinacia se ha feito predominar em tudo n'este paiz, ainda com manifesto prejuizo dos mais vitaes interesses, esse pernicioso e fatal principio tem levado os poderes publicos a exigirem, sem um motivo de apparente ou real utilidade, que a concessão da naturalisação seja feita pelo governo geral e que o juramento ou promessa do naturalisando seja prestado perante o mesmo governo geral ou o provincial.

Estão ao alcance do simples bom senso os embaraços extraordinarios e as difficuldades de natureza invenciveis que naturalmente assoberbam o estrangeiro residente em paragens remotas e de communicação difficil, tanto com a capital do paiz, como com as das provincias, de tal modo que elle vê-se muitas vezes obrigado a renunciar á sua justa pretensão, porque escasseam os recursos ou faltam-lhe os meios para conseguir realisal-a.

A formula concebida pelo citado decreto n. 397 de 3 de setembro de 1846, com algumas modificações, póde corresponder a todas as necessidades, constituindo uma reforma ampla e accommodada ás aspirações de hoje.

Assim, devolvida á municipalidade a competencia sobre a materia de naturalisação, ter-se-ha outorgado ao estrangeiro um direito de honrosa, mas facil acquisição pratica, em substituição da promessa chimerica que actualmente existe no corpo de nossa legislação.

Dado, portanto, um prazo sufficiente ao estrangeiro domiciliado para que possa revelar a intenção e conhecer a nossa economia social, chegar-se-ha approximadamente ao fim desejado.

Basta para isto:

1.º Que a disposição do citado decreto seja applicada aos estrangeiros em geral, e não aos que forem determinada ou exclusivamente colonos;

2.º Que a camara municipal tenha competencia para outorgar o titulo de naturalisação, o qual constará da certidão do termo de declaração de vontade de fixar residencia no paiz, do juramento ou affirmação pessoal de adhesão

á independência e autonomia da nação, independentemente de emolumentos.

Pensa o Congresso que por este meio se terá facilitado ao estrangeiro a naturalisação, que elle poderá alcançar sem vexame e grandes despesas, obtendo ainda o gozo dos direitos politicos de cidadão, os quaes lhe darão accesso ás posições mais respeitaveis e importantes da sociedade brasileira, como já está prevenido no projecto de reforma eleitoral apresentado pelo ministerio de 28 de março ao parlamento.

Não se illude, porém, o Congresso quanto ao resultado d'essa medida isolada. Por maior que seja a facilidade para a naturalisação, por mais larga que seja a somma de direitos politicos conferidos, o estrangeiro não procurará adoptar como sua a nossa patria si não reconhecer que ha n'ella garantias para seus direitos civis e mesmo para os politicos que offerecermos.

Nem especialmente em relação ao augmento da corrente de immigração, nem em relação ao progresso moral e material do paiz, a propaganda em favor da naturalisação trará resultado seguro e vantajoso, si outras reformas não vierem mudar este estado de cousas que entristece os bons pensadores de todos os partidos.

Não duvida mesmo affirmar que tudo isso, que de aceitavel se encontra nas leis referentes á questão, cujo estudo lhe foi indicado por seus coreligionarios, não satisfaz completamente aos estrangeiros que procuram este immenso e fertil paiz; elles preferem um outro modo de adquirir os direitos de cidadão brasileiro: um certo escrupulo de dignidade, um melindre patriotico, impede a muitos de solicitarem essa honra. Para esses seria conveniente uma lei estabelecendo a grande naturalisação, isto é, que dadas certas condições, que não são desconhecidas entre nós, e andam por diversos motivos especificadas na legislação, fosse o estrangeiro considerado brasileiro e como tal chamado a exercer todas as funções publicas, quer a ellas estejam ligados onus, quer favores. Aos que não quizerem aceitar tão honroso titulo ficará salvo o direito de fazer a declaração em contrario.

O Congresso julgou tambem conveniente lembrar aos seus concidadãos que as questões interessando ás garantias de liberdades publicas e os direitos civis não devem ficar em abandono.

A questão religiosa, por exemplo, tão debattida, precisa de uma solução.

Reportando-se ao que deliberou em 1874, entendeu ser conveniente manifestar mais uma vez as conclusões do seu parecer proferido n'essa occasião e as reproduziu. »

scribble

IX

A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

A emancipação dos escravos ha merecido a attenção do partido que, por seus representantes em Congresso, tem tomado serias resoluções definindo o seu modo de ver as cousas.

Em 1872, quando pela primeira vez se reuniram varios cidadãos importantes para combinarem nas bases de um programma, na circular que se offereceu aos republicanos, foi tratado o assumpto nos termos mais convenientes na occasião.

D'esse notavel documento politico extractamos os seguintes trechos:

« Sendo certo que o partido republicano não póde ser indifferente a uma questão altamente social, cuja solução affecta todos os interesses, é mister entretanto ponderar que elle não tem

.

.

.

.

e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo, estará ella definida por um dos partidos monarchicos.

E quando por ventura ao partido republicano viesse a tocar a responsabilidade de um acto tão importaute, a sua propria organização seria uma garantia efficaz de que elle não se apartaria das vistas da nação, que n'este caso seria chamada a pronunciar-se livre e soberanamente.

A verdadeira democracia não crê na infallibilidade de nem um homem, de nem um partido para impôr leis a uma sociedade, d'onde ella tira toda a sua força e legitimidade. O systema contrario só se accomoda com as escolas autocraticas.

Fique portanto bem firmado que o partido republicano, tal como o consideramos, queremos e julgamos capaz de fazer a felicidade do Brasil, quanto á questão do estado servil fita desassombrado o futuro, confiado na indole do povo e nos meios de educação por aquelle empregados, os quaes, unidos ao todo harmonico de suas reformas e do seu modo de vêr, hão de facilitar-lhe a solução mais justa, mais pratica e moderada, sellada com o cunho da vontade nacional.

Em um regimen sinceramente democratico não ha imposições possiveis, nem ciladas á opinião publica, armadas pelo orgulho ou pelo capricho de um homem, por mais illustre que elle seja.

No anno seguinte o primeiro Congresso expoz com firmeza a sua opinião em um manifesto que dirigiu á provincia onde foram compendidas as idéas anteriores, e commentados os ataques dos adversarios, tendo por alvo a questão. Ahi encontra-se este trecho significativo:

« A questão não nos pertence exclusivamente, porque é social e não politica; está no dominio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarchistas mais do que nossa, pois que compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhal-o amanhã, estabelecer os meios para seu desfecho pratico.

E si os nossos contrarios politicos presagiam para um futuro demasiadamente remoto o estabelecimento, no paiz, do systema governamental, que pretendemos, a que vem interpellar-nos hoje e desde já sobre esses meios?

Si elles, por seu turno, querem procrastinar tanto tempo a materia, como devem ser entendidas, perguntamos nós, as suas promessas?

N'aquellas em que a força da produção dependa dos braços escravos, a alteração violenta do regimen actual seria incontestavelmente um mal e lançaria no seio da sociedade um elemento de desordem.

Deixando-se ás provincias mais liberdade de acção quanto aos meios de apressarem o praso, julgamos todavia que ha medidas de caracter geral que, ampliando os effeitos da lei de 28 de setembro de 1871, exercerão grande influencia no encurtamento d'esse praso, sem todavia quebrar as relações entre o senhor e o escravo.

Assim devem ficar as provincias livres para legislar sobre o assumpto creando impostos especiaes para augmento do seu fundo de emancipação, para embaraçar a transmissão do escravo por venda etc.

A assembléa geral legislará sobre a transmissão por herança, alargará e especificará os casos de abandono, e vedará o commercio inter-provincial, procurando não comprometter as consequencias de algumas leis provinciaes em vigor.

A lei de 28 de setembro não póde ser o marco do estacionamento da propaganda abolicionista, porque como bem affirmou o mais autorizado organ do partido conservador d'esta provincia: « Nesta questão, toda a resistencia é vã e

perigosa; a libertação dos escravos é questão de tempo; não ha resistencia capaz de desviar o golpe decisivo que se approxima em razão inversa dos esforços; nas actuaes circumstancias do paiz, em frente das exigencias do abolicionismo, não é do direito da propriedade escrava que se deve fallar aos nossos agricultores; mantel-os na crença de que esse direito convencional é bastante poderoso para prolongar por muito tempo o—*statu quo*—da questão social do elemento servil é a maior das imprudencias ».

Desde, pois, que o direito de escravizar não é mais reconhecido nas sociedades modernas. e se estabeleceu a egualdade da personalidade entre o mais fraco e o mais forte, entre o selvagem e o civilisado, a instituição que se firmára n'esse direito será fatalmente eliminada pelos poderosos factores do progresso.

No processo da eliminação cooperaremos todos, uns mais outros menos, segundo a influencia que exercermos na constituição social.

D'ahi se deduz que o resultado natural não virá exclusivamente da constituição politica da Republica. Mas, por isso mesmo, no dia em que a Republica fôr uma força capaz de concretisar-se em forma de governo, aquella instituição terá deixado de existir.

Esse resultado facilmente se demonstra.

O processo da eliminação aqui consiste em atacar a instituição por partes, creando logo o equivalente em forças e serviços, effectuando a operação sem abalo, sem os grandes prejuizos das reformas revolucionarias.

Assim, segundo esse processo, a escravidão ha de extinguir-se na proporção do augmento de meios para o desinvolvimento da liberdade e actividade dos cidadãos; com o accrescimo das forças que devem trazer o aperfeiçoamento das industrias, alargar as fontes de renda e actuar efficaçmente sobre a educação social.

Somos coherentes trabalhando para esta solução do problema complexo da liberdade dos escravos e da organização do trabalho livre, porque indicamos os meios que determinarão essa importante solução.



X

FINANÇAS

Firmado nos dados constantes do ultimo relatorio do ministro da fazenda (apresentado ás camaras a 8 de maio de 1880) e em informações posteriormente colhidas de fonte official, e que serviram de base a uma importante discussão sustentada nas folhas de maior circulação da capital do imperio, appareceu em uma d'ellas um interessante estudo do estado financeiro do paiz, em dias de julho do corrente anno, do qual fazemos o seguinte extracto:

Divida publica, interna e externa, consolidada e não consolidada, meio circulante em papel moeda, etc.

Divida interna (a papel):

Apolices geraes de 4, 5 e 6 %	337.567:100\$000
Bilhetes do thesouro, ao portador, em bancos, e em conta corrente com o Banco do Brasil . .	22.011:133\$546
Depositos, da Caixa Economica	10.054:845\$301
Moio circulante em papel moeda.	189.000:000\$000

(A ouro):

Emprestimo internode 1868 23.882:000\$000, convertido a papel pela cotação do dia (123 %) . . .	29.463:860\$000
Emprestimo de 4 1/2 % de 1879. 50.235:000\$000, convertido a papel pela cotação de 112 %. . .	56.263:200\$000
	644.360:138\$847

Transporte.	644.360:138\$847
Divida externa, a ouro; restante dos emprestimos de 1852, 1858, 1860, 1865, 1871 e 1875 (em fins de 1880) na importancia de £ 16.585,900, reduzidas ao cambio de 27 d. por 1\$000 . .	180.937:090\$909
Total a papel	825.297:229\$756

Eis ahi calculada o mais approximadamente possivel a divida fundada e fluctuante, interna e externa.

Quanto á verba de juros e amortisação a pagar o calculo approximadamente feito sobre as importancias mencionadas é o seguinte:

Juros a pagar, em papel, sobre as apolices na somma de 337.567:100\$000. . .	20.228:140\$000
Idem de 3 % sobre 32.850:000\$000 de bilhetes do thesouro em bancos.	1.142:500\$000
	21.370:640\$000

se apresente em condições de nos inspirar receios de perigos imminentes, nem mesmo o de abalo do credito nacional.

Grave a situação, não é entretanto irremediavel, desde que o poder legislativo, em sua proxima reunião, preste séria attenção aos factos, e queira emprehender a reforma do systema pernicioso, sob cujo dominio tem sido dirigido o paiz.

Não é fóra de proposito affirmar-se que a nação tem vivido, desde sua independencia, sob o imperio de sophismas, ou de ficções, que têm constituido o ponto de apoio, em que se ostentam firmados os partidos, quer no poder, quer na opposição, em manifesto prejuizo dos interesses do paiz, e pervertendo a educação publica.

E' assim que umas vezes se invoca o proceito da carta constitucional, que consagra o direito do constituinte fiscalisar a arrecadação e emprego dos dinheiros publicos, e outras — se dispensa a intervenção annual, que por meio dos representantes da nação, se deve effectuar na decretação da receita e despesa do estado.

Pronunciamo-nos pelo restabelecimento da doutrina, que contesta ao poder executivo o pretenso direito de crear e arrecadar contribuições e gastar o seu producto, independente do voto annual do parlamento.

Não menos condemnavel é o abuso de se dar ás rendas publicas uma applicação esteril, como acontece sempre que se as despendem em serviços reconhecidos de natureza improductiva.

Não se diga que vae n'estas phrases simples declamação de um partido votado ao ostracismo: a verdade do asserto tem por si as palavras do chefe do actual gabinete. e ministro da fazenda, no seu ultimo relatorio: ahi dizia elle perante o parlamento, em maio de 1880. « *convem effectuar novas e efficazes economias, EXTINGUINDO todos os serviços que não derem resultado equivalente á despesa e todos aquelles que não compensarem os actuaes sacrificios com probabilidade de lucros futuros.* »

Applaudindo este pensamento do presidente do conselho de ministros. não ignoramos entretanto que a economia dos dinheiros publicos tem sido apregoada. desde muito tempo. como uma grande necessidade que aos governos cumpre satisfazer, mas infelizmente nunca attendida.

O ramo temporario do poder legislativo, a mais immediata representação do paiz. tem se distinguido por uma tolerancia inexcedivel diante dos erros da administração, dos abusos do executivo, e até diante de notaveis contradicções de estadistas, que embora alliados sob a mesma

bandeira politica, têm sustentado doutrinas oppositas, quando nas alturas do poder.

Esta attitudo lamentavel, evidente abdicação de importantes funcções, que á camara compete, revelando que ella se subordina mais ao espirito partidario do que a sentimentos patrioticos, gerou esse *absolutismo* ou *omnipotencia* do executivo, condemnado por todos os partidos, quando em opposição, e francamente apoiada por elles, quando á testa dos negocios publicos.

E como prova d'este enunciado é bastante recordar, em rapidas phrases, o que ha occorrido em relação ao papel moeda, em tempos recentes.

Perante a camara, na sessão de 1868, autorizados membros do partido conservador haviam qualificado de — *roubo* a emissão do papel moeda: em agosto do mesmo anno, mudada a situação politica pela organização do gabinete Itaborahy, lançou este mão do recurso tão expressamente condemnado, poucos dias antes da dissolução da camara.

O partido liberal, fóra do poder, ostentando-se zeloso das prerogativas do parlamento e da observancia das severas e repressivas medidas legaes, promulgadas em 1866 contra essa faculdade, tantas vezes arrogada pelos governos, ma-

nifestou-se em franca censura ao acto d'aquelle gabinete.

E' certo entretanto que subindo em janeiro de 1878 á direcção dos negocios do paiz pela formação do ministerio Sinimbú, esqueceu-se da boa doutrina que sustentava, e em abril seguiu o mesmo alvitre.

Ora, ninguem ha que desconheça os grandes males, que resultam de tal systema financeiro, já verberado por todos os partidos, fóra do poder, e o paiz não cessa de sentir os maus effeitos das emissões do papel moeda, que, na phrase de Mirabeau, é sempre *uma orgia do despotismo em delirio*.

Não é necessario que demonstremos a verdade do que fica dito.

E si fosse isso indispensavel, começariamos por invocar a opinião do ministro da fazenda do gabinete Sinimbú, quando na 2.^a discussão do orçamento da receita, a 18 de abril de 1879, disse: « *O papel moeda inconvertivel não tem prazo nem rence juro, e dahi vem o ser o peor de todos os expedientes.* »

Eis entretanto o regimen, sob que temos vivido.

Pronunciando-nos contra o papel moeda, quer autorizado pelo poder legislativo, quer emitido

por mero arbitrio do executivo, consistente em notas do thesouro ou em notas de banco privilegiado ou favorecido pelo governo, pugnamos pelo regimen de uma *circulação mixta*.

Deixando de entrar na apreciação das razões de preferencia, que possam aconselhar o bi-metallismo ou o monometallismo, hoje objectos de estudos e conferencias entre economistas do Velho Mundo, limitamo-nos a dizer que julgamos conveniente ao paiz a *circulação mixta*, na qual, ao lado da moeda metallica que deve servir de padrão legal e medida invariavel de valores, se encontrem notas, sempre conversiveis em metal, á vontade do portador e á vista, sem curso forçado.

Consequentes com este principio sustentamos a urgente necessidade da revogação da muito conhecida lei de agosto de 1860, que impossibilita a criação de bancos de emissão, e rodeia de difficuldades a organização de companhias ou sociedades anonymas para outros fins.

Não pretendemos apresentar este enunciado como a consagração de uma doutrina nova. Já em abril de 1879 um membro proeminente do gabinete Sinimbú disse perante a camara: « *A escola liberal entende que os capitaes devem reger-se por si, reunir-se, associar-se, empregar-se como*

lhes approuver, e no que entenderem ser de sua conveniencia e interesse, sob a forma de companhias anonymas. As companhias anonymas hão de, por si proprias, acautelar melhor os seus direitos do que poderão fazel-o os governos mais previdentes. »

Foi mais uma voz, que se levantou, e a de um estadista illustre, para condemnar a intervenção dos poderes publicos na vida e marcha das companhias anonymas.

Não é justificavel que sob o pretexto de evitar abusos, se ataque a liberdade de associação: os meios preventivos devem ser substituidos por medidas severas e repressivas: façam-se leis, que as consagrem, e nullifique-se a tutela governamental.

E em relação a estabelecimentos bancarios, prestamos adhesão á doutrina expressa nas phrases, que aqui transcrevemos, de um notavel escriptor: « *Faça o legislador o que fizer, nunca poderá evitar os abusos do credito por parte dos bancos de emissão, a não ser por estes meios: invariavel conversibilidade das notas bancarias, curso d'estas facultativo e não obrigatorio para o publico, liquidação forçada e immediata nos casos de cessação de pagamentos á vista, das notas em metal. Todas as restricções impostas aos*

1

1

1

1

bancos, que não derirem dos proprios estatutos, e todos os favores por parte do estado ou da lei, serão necessariamente contraproducentes. Aquellas são improficuas para evitar os abusos nas emissões: estas prejudiciaes á sociedade. Uns e outros annullam direitos naturaes e legitimos e cream direitos artificiaes e illegitimos.

Sem que pretendamos instituir exame e fazer largas considerações sobre os principios das duas escolas—*a restrictiva e a liberal*—cremos poder affirmar que mais de accordo com a sciencia está a opinião dos economistas, que, sustentando como um *direito natural* do homem o de ser banqueiro, qualificam de *usurpação* todo embaraço pelos poderes publicos opposto a esse direito. A circulação de bilhetes, que cada um emite, só deve encontrar, no dizer d'elles, como lei de limitação a confiança, que inspiram áquelles, a quem são offerecidos.

E' visto, pois, que não merece nosso apoio o meio circulante, em papel, que consistindo em promessa de pagamento, que nunca se effectua, só tem por si a aceitação imposta pelo Estado: francamente infensos ao *curso forçado* nos manifestamos.

Uma questão de alta importancia que tambem deve prender sériamente a attenção de todos os

que se interessam pelo melhoramento da situação financeira, é a relativa á conversão da divida publica.

Na discussão levantada a respeito, n'estes ultimos tempos, apparecem divergentes opiniões sobre o modo de realizar aquella operação.

E se a uns afigura-se facil contrahir o Estado um grande emprestimo, externo, em condições de minorar os actuaes encargos da nação; a outros que presumem melhor conhecer o que occorre nos mercados monetarios, parece inutil qualquer empreendimento n'este sentido.

Pensamos não obstante que alguma cousa se deve fazer.

Se é impossivel a conversão de toda a divida, não ha razões para que se abandone o estudo do assumpto, e não se procure pôr em pratica medidas attinentes á divida interna.

Assim parece-nos que, em allivio dos compromissos do thesouro, não seria desacertado reduzir á taxa de 4 % os juros de titulos, que vencem 4 1/2, 5 e 6 %.

Injustificavel será a inacção do poder competente, si a pretexto de não ser facil fazer tudo, deixar de realizar o pouco, que for proveitoso aos interesses da nação.

O ministro da Fazenda do gabinete — 5 de Janeiro — em resposta aos que opinavam pela conversão da dívida fundada, disse, na camara temporaria em março de 1879, que *« se reputaria feliz si a pudesse iniciar ao menos.*

Invocou o pensamento de Labeyrie, enunciado n'estas proposições: *« Toda a nação cuja divida tenha attingido o maximo de intensidade, deve, si quizer honrar sempre seus compromissos, não recuar diante de nenhum sacrificio para reduzir-lhe o capital. Mas nenhuma redução póde operar-se seriamente, sinão por meio do excesso liquido e annual da receita sobre a despesa. »*

Terminando o seu discurso, indicou o illustre estadista, como o caminho para essa situação esperançosa, o traçado pela maxima economia, maior actividade e diligencia na arrecadação da receita, e mais inquebrantavel severidade na sua applicação.

O ministro actual d'aquella pasta, com quanto no seu ultimo relatorio já citado, não trate especialmente da questão, reconhece não ser lisongeiro o estado de nossas finanças, e tambem espera melhor futuro, como resultado da *liquidação de saldos reaes, provenientes do accrescimo natural da receita auxiliado pela diminuição da despesa.*

Não nos parece bem fundado todo o plano financeiro, que diante da actual situação do paiz, rodeado de obstaculos para o desenvolvimento de suas industrias e progresso da riqueza publica, se limite a confiar em *salidos*, sendo certo que só *deficits* constantes assignalam, desde annos, os orçamentos do imperio.

Os poderes do estado, a quem cumpre enviar esforços para reduzir os encargos nacionaes, não se mostraram patrioticos e dedicadamente interessados na realização d'esse intento, si se contentaram com uma previsão, q̃ ainda quando bem fundada, só se tornaria uma verdade depois de tempo dilatado.

Tal attitude não póde merecer nossos applausos: si a administração publica persistir n'ella, terá o paiz a infelicidade de viver sob uma *politica de esperanças* e esta, significando quasi sempre a *politica da mercia*, levará a nação, não em caminho para a prosperidade. mas em rapida marcha para o descredito, e talvez para a bancarrota.

A nós, republicanos, não tocará a minima responsabilidade, si tal for o triste destino da patria.



XI

POLITICA EXTERNA

Somos pela paz e preferimos o arbitramento ás glorias da guerra.

Em relação ás nações da Europa a nossa politica deve ser de observação, mais de cumprimentos amistosos do que de participação nos movimentos do velho continente. Ahi a posição do imperio americano é diversa. Cumpre-lhe saber vêr as cousas: e, guardando a pragmatica, ter muita cautella quando fôr chamado a adherir ás resoluções da diplomacia dos estados cujos interesses podem ser muito diversos do nosso, paiz novo no continente americano.

Os diplomatas do Brasil na Europa comprehenderão melhor a sua missão, se fixarem principalmente as vistas sobre os negocios que

tocam de perto o progresso do povo que elles representam. As questões que dizem respeito ás industrias e ao commercio precisam ser estudadas e acompanhadas com vivo interesse. Por isso parece-nos preferivel diminuir as embaixadas faustosas junto de alguns governos e termos um bom pessoal nas outras.

Os ministros residentes com caracter de vitalicios provam mal e a experiencia tem demonstrado que o desprendimento da patria e a ignorancia dos negocios internos tiram-lhes a energia que só o conhecimento das cousas e o amor da nacionalidade imprimem nos actos da politica externa.

Em relação ás nações da America carecemos de uma politica intelligente, perspicaz, activa e conciliadora. Aqui as manobras da diplomacia e as relações dos estados reclamam serios cuidados.

Cumpre á diplomacia brasileira ser prudente, mas forte na defesa dos nossos direitos.

Si os individuos raras vezes se sahem bem das lutas em que entram sem previsão das consequencias, sem medir a responsabilidade do facto violento, muito menos se sahem as nações que compromettem muitas gerações aggravando-lhes a sorte com pezados impostos, perturbando

o progresso das industrias e estragando as finanças.

Pensando assim não podemos adoptar a politica de continuas intervenções nos negocios internos de nossos visinhos e preferimos deixal-os viver a seu modo e nos fazermos respeitar opportunamente, sabendo empregar em tempo o espirito conciliador.

Firmando essa politica, ser-nos-ha possivel cortar largo nas despesas com a manutenção de um grande exercito e de uma apparatusa armada.

Sem sacrificio da defeza do paiz trabalharemos, pois, no circulo de nossas attribuições, para reduzir essa immensa despesa.





XII

A SYNTHESE DO PROGRAMMA

Do que fica exposto se conclue que não queremos sómente destruir. Afastando-nos dos extremos. onde impera o absoluto. relacionamos as reformas que são a concretisação da vontade nacional.

O nosso programma. portanto, restricto ao meio em que podemos operar. tem praticabilidade e é mesmo compativel com o regimen monarchico.

Affirmal-o é obrigar os partidos, que dizem aceitar a ordem e o progresso como condições da liberdade, a não sophismarem em proveito da monarchia as manifestações da soberania popular.

Actuando d'este modo sobre a sociedade, conservamo-nos no terreno da legalidade e praticamos um acto de patriotismo.

Não somos também inexperientes politicos que vimos apregoar innovações perigosas no organismo social.

As reformas que constituem o compromisso solemne que tomamos com o partido republicano ao confiar-nos o mandato de pleitearmos os logares na representação nacional e na provincial, encontramol-as — quasi todas — nos annaes da politica liberal. Fomos tiral-as do esquecimento, e para honrar o civismo dos liberaes de 1831 a 1834, apresentamol-as hoje com a responsabilidade do partido que, não tendo aspirações de formar ministerio, procederá com mais tenacidade e firmeza, sustentando-as na camara temporaria e na assembléa provincial.

Evocando esse passado glorioso, aceitando a obrigação de defender taes reformas e de concorrer para que ellas triumphem, damos prova de pretendermos fazer da ordem a base do novo edificio que projectamos com o fim de substituir ao que, já gasto pelo tempo e acanhado em fórmas para permittir as expansões d'esto grande paiz, cada vez mais se alluc com o esforço d'aquelles que tentam resguardal-o das

correntes democraticas que se encontram, partindo de pontos oppostos.

As reformas que não exprimem as tendencias e as opiniões d'aquelle periodo das victorias da democracia no Brasil têm sido estudadas, defendidas e propostas por eminentes liberaes em épocas diversas. Algumas mereceram sincera adhesão e apoio real de conservadores.

Não ha em tudo isso uma novidade: o tempo, as revoluções, o saber e a experiencia dos homens, as evasivas dos governos e as incoherencias dos velhos partidos, tudo ha concorrido para dar a essas reformas o cunho da oppor-tunidade.

Si nos fosse permittido pelo eleitorado dos districtos por onde nos propomos candidatos levar á representação nacional e provincial as idéas que agora formam a summa do nosso programma de combate ao actual regimen da centralisação e tutela governamental, contentar-nos-hiamos com a gloria de provocar o partido da situação a traduzil-as em leis.

Devemos entretanto declarar que no terreno da propaganda, tanto quanto nos facilitar o regimento da assembléa ou da camara, havemos de affirmar as nossos opiniões republicanas.

Convém ainda declararmos que no exame da administração geral e provincial não anteporemos as pessoas aos altos interesses da nação ou da provincia.

As offensas aos individuos que exerçam as funções publicas não substituirão a critica, ainda mesmo severa, dos seus actos.

Guardada pela nossa propria dignidade a linha divisoria que nos separa do governo monarchico, na qualidade de partidarios, seremos significativamente, no desempenho do mandato, si nos fôr confiado, representantes da provincia de S. Paulo.

Presas ao ponto principal d'este programma — a descentralisação, ha muitas idéas que podem ser discutidas com proveito na assembléa provincial e passar para o corpo da legislação.

Outras têm logar na camara temporaria.

Não podemos, porém, restringir a nossa actividade de politicos ao quadro d'essas reformas. Fazendo-as objectivo de nosso esforço no regimen parlamentar, não deixaremos de pugnar: pela abolição da guarda nacional, transformada hoje em meio de corrupção, sem a menor utilidade como força aproveitavel para a defeza do paiz; pela temporariedade do senado; pela de-

rogação da jurisdicção administrativa; pela responsabilidade civil dos ministros e mais agentes de administração; pela organização de uma magistratura independente do governo; e por outras medidas de character administrativo que exige o progresso industrial, scientifico e economico d'esta grande nação e de nossa provincia.

Compreende-se bem que as necessidades puramente locaes não podem entrar no plano d'este compromisso accentuadamente politico. Entretanto promettemos attender ás reclamações que chegarem ao nosso conhecimento e examinar as razões que as determinarem.

A organização dos orçamentos, os impostos para a formação da renda e a sua applicação aos diversos serviços e ás obras publicas serão objectos do mais severo exame.

A vida municipal receberá de nossa parte o incitamento relativo aos recursos fornecidos pela legislação actual ou correspondente ao nosso desejo de reformas.

Aceitando a eleição directa estatuida pela lei de 9 de janeiro, para pedil-a com o suffragio generalisado, empregaremos a nossa actividade intellectual no exame e na critica de todo o apparelho governamental, tendo por fim adaptalo ao meio que ha de trazer-nos uma nova

ordem de cousas definidas por esta synthese que deve formar no dominio da monarchia constitucional representativa o ideal dos verdadeiros liberaes:

A emancipação: — do individuo — garantindo-lhe a liberdade de cultos, de associação, de voto, de ensino e de industria; — do municipio — reconhecendo-lhe o direito de escolher sua policia, de prover ás suas necessidades peculiares, de fazer applicação de suas rendas e de creal-as no limite de sua autonomia; — da provincia — libertando-a da acção esterilisa-dora e tardia do centro, respeitando-lhe a vida propria, garantindo-lhe o pleno uso e gozo de todas as franquezas com a eleição de seus presidentes, de sorte que ellas administrem-se por si, sem outras restricções além das es-trictamente reclamadas pela união e interesse geral.

Eis ahi formulado o nosso programma parla-mentar no regimen monarchico e traçado o ca-minho que póde levar o partido republicano, sem o recurso das armas, á realisação do seu ideal: Republica Federativa.

Deante das urnas, em face dos adversarios, repetimos estas palavras do notavel Manifesto de 3 de dezembro de 1870:

« Desde que a reforma, alteração ou revoga-ção da carta outhorgada em 1824, está por ella mesma prevista e autorizada, é legitima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferi-veis direitos da nação.

Só á opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ella appellamos. Nenhum outro tri-bunal póde julgar-nos: nenhuma outra autori-dade póde interpôr-se entre ella e nós.

Como homens livres é essencialmente subor-dinados aos interesses da nossa patria. não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.

Em um regimen de compressão e de violen-cia, conspirar seria o nosso direito. Mas no regimen das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever.

As armas da discussão, os instrumentos pa-cíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de

uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a victoria da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa patria. »

S. Paulo, 18 de agosto de 1881.

Americo Brasiliense de Almeida Mello.
Manoel Ferraz de Campos Salles.
Martinho da Silva Prado Junior.
Prudente José de Moraes Barros.
Dr. Lycurgo de Castro Santos.
Dr. Luiz Pereira Barretto.
José Fortunato da Silveira Bulcão.
Dr. Francisco Nogueira Cardoso.
Dr. Francisco Rangel Pestana.

ERRATAS

PAGS.	LIN.	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE
3	5	de mentalidade	da mentalidade
16	16	assenção	ascensão
20	24	professional	profissional
25	8	sob a base	sobre a base
37	24	promovida	promovidas
41	4	facilitar-lhes	facilitar
41	8	solemne	solemne
44	21	da industrias	das industrias
45	7	que fez isso mesmo	que por isso mesmo
46	23	a prover-se	a prover
48	26	escasseam	escasseam-lhe
55	9	compendidas a as	compendiadas as
55	22	interpellar-nos	interpellarein-nos
57	26	economica	economica
58	2	dependa	depende
61	1 e 2	rela do	relatorio do
65	25	nosso estudo	nosso estado
66	18	direito do constituinte	direito de o contribuinte
68	9	apoiada	apoiado
75	10	mostraram	mostrarão
75	12	contentaram	contentarem
78	6	e termos um bom pessoal	e ter um bom pessoal
82	23	com o fim de substitui.	com o fim de o substituir
88	14	Dr. Francisco Rangel Pestana	Francisco Rangel Pestana

Escaparam outros erros de letras e pontuação, que o leitor emendará facilmente á proporção que for fazendo a leitura.



Stanford University Libraries
3 6105 011 912 438

STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES
STANFORD AUXILIARY LIBRARY
STANFORD, CALIFORNIA 94305-6004
(650) 723-9201
salcirc@sulmail.stanford.edu
All books are subject to recall.
DATE DUE

